

Mulheres e Agroecologia: Multiplicadoras Agroecológicas transformando o semiárido

Magnólia Azevedo Said¹

Sarah Luiza de Souza Moreira²

Resumo: O artigo trata da sistematização de uma experiência de trabalho desenvolvida pelo Esplar, nos anos 2010/2011, de capacitação de 20 multiplicadoras agroecológicas, de 9 municípios do semiárido cearense, para que essas pudessem realizar formação e acompanhamento a grupos de mulheres trabalhadoras rurais para o desenvolvimento de atividades produtivas baseadas na agroecologia e para o fortalecimento do seus processos de auto-organização. Para a identificação dessas mulheres, contamos com o apoio de STTRs (Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais) e de organizações e movimentos que realizam e apóiam ações atuam na defesa de mulheres naquela região. Além da formação em temas como agroecologia, feminismo, soberania e segurança alimentar e economia feminista e solidária das 20 multiplicadoras agroecológicas, o trabalho resultou na formação e/ou fortalecimento de 22 grupos de mulheres, realizando acompanhamento a um total de 264 agricultoras. Através desse trabalho, foi possível ver o empoderamento e o aumento da visibilidade e da valorização dos trabalhos das mulheres, tanto as multiplicadoras agroecológicas quanto dos grupos, expressas no fortalecimento de suas organizações e articulações políticas, expressas na construção de estratégias para a luta contra todas as formas de violência e de convivência com o semiárido com uma intervenção mais propositiva tanto em suas comunidades, como nas políticas públicas que interferem na vida das mulheres.

Palavras-chave: agroecologia, mulheres, multiplicadoras agroecológicas, formação, organização política, autonomia, abordagens metodológicas, semiárido, violência.

Introdução

Vivemos em um mundo marcado por muita desigualdade e pobreza. As mulheres ainda são as mais pobres e com menos poder de decisão sobre suas vidas, seus corpos, seu

¹ Advogada, Técnica do Esplar - Centro de Pesquisa e Assessoria.

² Cientista Social, Técnica do Esplar - Centro de Pesquisa e Assessoria.

trabalho, sua renda. A falta de autonomia e igualdade se expressa nas várias e cotidianas formas de discriminação e violência vivenciadas pelas mulheres; na sub-representação nos espaços de poder e decisão; no baixo controle e acesso à terra e à produção, gerida quase sempre pelos homens, pelos patrões, pelos bancos e pelos governos. Essa realidade que não considera as mulheres como sujeitos é resultado de uma conjunção de fatores econômicos e sociais relacionados às questões de gênero e raciais, que expressam um modelo de desenvolvimento capitalista e patriarcal.

Tendo como cenário o meio rural, essas relações desiguais são expressas e vivenciadas através de códigos, regras, valores e atitudes que perpassam o cotidiano familiar, social, político. Desde pequenas, as crianças são levadas a se identificar com modelos do que é feminino e masculino para melhor desempenhar os papéis correspondentes. Os atributos das mulheres não são apenas diferentes daqueles determinados para os homens, são também desvalorizados e invisibilizados. Dessa forma, as mulheres vivem em condições de inferioridade e subordinação em relação aos homens.

A divisão sexual do trabalho é a base material da opressão das mulheres. Ela consiste na separação e na hierarquização da produção e reprodução, assim como na exploração diferenciada das mulheres no mercado de trabalho. No campo, as mulheres lutam pelo reconhecimento de seu trabalho como produtoras. Muitas atividades que elas executam são fundamentais para a subsistência, mas são desvalorizadas, sendo consideradas como extensão do trabalho doméstico. No entanto, sabe-se que tanto na casa, quanto nos quintais – espaços considerados tipicamente femininos – as mulheres desenvolvem trabalhos agrícolas e não agrícolas que geram renda.

No Diagnóstico de Gênero realizado pelo Esplar no Sertão Central em julho de 2007, constatamos que as mulheres realizam 40% das atividades agrícolas da unidade familiar, mas é o trabalho masculino no roçado que é socialmente visibilizado. A diferença entre o tempo dedicado pelos homens (58,7%) e o tempo dedicado pelas mulheres (40%) no roçado não é, nesse caso, proporcional à ideia socialmente instituída de que “mulher não vai pra roça” ou “roça não é lugar de mulher”.

No que se refere às cadeias produtivas, a participação das mulheres nos processos de comercialização da produção – um dos entraves à geração de renda no campo – ainda é bastante tímida. Em geral, a comercialização (negociação de compra e venda de produtos) tem sido responsabilidade dos homens, assim como decidir sobre o destino da renda da família. O tipo de comercialização que as mulheres em geral praticam, como a venda de doces, ovos,

galinhas, queijos, hortaliças, não demanda um afastamento ou uma desobrigação com suas atividades reprodutivas. É por isso que essa atividade, considerada “marginal” ou subsidiária, é aceita pelos homens. Romper com essa lógica significa a possibilidade da independência, da liberdade, da autonomia. Significa a possibilidade e o poder de tomar decisões sem a tutela masculina.

É esse o grande desafio e a responsabilidade demandada para uma ação de assistência técnica. Apoiar iniciativas que venham desconstruir o mito de que o mercado é domínio masculino, estimulando a participação das mulheres na comercialização.

As relações patriarcais extrapolam portas e janelas das casas e se reproduzem no mundo público. Neste espaço, que também é lugar de decisão, há uma visível subordinação e exclusão das mulheres. A crescente participação feminina nas organizações de representação política tais como os STTRs – Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e Associações de Assentados/as, tem sido considerada um avanço. No entanto, nem sempre significa o estabelecimento de relações igualitárias de poder. A exclusão das mulheres se traduz, ainda, nas dificuldades e entraves referentes à posse, título, acesso e controle da terra.

O acesso a políticas de crédito, assistência técnica e capacitação adequada são também problemas vivenciados pela população rural. Entretanto é sentido de forma mais acentuada pelas mulheres, pelo fato de não serem identificadas como agricultoras rurais, pois o trabalho que elas fazem é tido como complementar.

Ainda há muito o que fazer para que as mulheres consigam acessar os diferentes tipos de crédito, inclusive os específicos (Pronaf Mulher), pois existe uma estrutura machista tanto nas instituições oficiais de crédito, quanto nos técnicos que elaboram projetos desse tipo. Os dados do referido diagnóstico nos mostram que 62,8% de agricultoras rurais não acessaram qualquer tipo de crédito, em relação a 32,6% que acessaram algum tipo de crédito.

Além de tudo isso, algumas das políticas públicas e projetos de desenvolvimento são elaborados e executados de modo a reforçar a tradicional divisão sexual do trabalho, responsabilizando as mulheres pelas atividades reprodutivas. Muitas vezes, a busca de “inserção” das mulheres nestas políticas e projetos se dá a partir da utilização das habilidades tradicionais femininas e do trabalho não remunerado das mulheres, para a promoção do desenvolvimento familiar e/ou comunitário.

Neste sentido, promover o desenvolvimento de modo que as mulheres sejam vistas também como sujeitos significa, essencialmente, compreender as estruturas em que se

constroem as relações de gênero, considerando as desigualdades existentes no intuito de questionar e transformar as mesmas, possibilitando, assim, a constituição de homens e mulheres com autonomia sobre seus saberes, suas experiências e suas vidas.

Para além desse contexto de desigualdade entre homens e mulheres, nosso País coexiste com dois modelos de produção marcados por grande contradição e incompatibilidade: o agronegócio e a agricultura familiar. O primeiro aposta no monocultivo e na elevada utilização de agrotóxicos, além da exploração de mão de obra com o uso de uma tecnologia que tem acarretado consequências irreversíveis para a saúde da população e para o meio ambiente com forte impacto sobre as mulheres. O segundo aposta na agricultura diversificada, desenvolvida em pequenas áreas com capacidade para satisfazer as necessidades básicas por alimento da população e gerar mais emprego no campo.

Considerando uma realidade de desigualdade, pobreza, concentração de terra e água e destruição dos bens naturais do semiárido cearense, o Esplar vem ao longo dos últimos 40 anos, desenvolvendo atividades voltadas para a promoção da agricultura familiar, fundamentadas na agroecologia, soberania e segurança alimentar, justiça ambiental e empoderamento das mulheres em uma perspectiva feminista.

Para nós, a agroecologia é uma proposta viável para o semiárido, uma vez que se utiliza de práticas sustentáveis de adaptação para uma convivência harmoniosa entre o ambiente e as pessoas, proporcionando-lhes melhores condições de vida. Conviver ou viver com não se trata de tentar modificar características naturais, mas respeitá-las. A agroecologia se apresenta, portanto, como uma possibilidade de interação e aceitação com o meio ambiente, que irá possibilitar reciprocidade e equilíbrio entre os diversos seres vivos. Tem sido resistência e, ao mesmo tempo, solução a um modelo agrícola dependente em energia e em insumos que não reconhece nem valoriza o trabalho das mulheres na agricultura familiar. Resistência ao sistema capitalista, ao monopólio de empresas. Resistência ao agronegócio, aos químicos e à crise alimentar. Na construção de um mundo justo e igualitário entre homens e mulheres, agregamos à teoria agroecológica, partindo dos fundamentos de sua visão sistêmica, os sujeitos que agem e interagem na unidade familiar e fora dela, mostrando como se veem, como são vistos e como se posicionam no cotidiano das relações. Lidando com esse universo, foi possível identificar a intimidade entre patriarcado e poder no semiárido como expressões de dominação e como são construídas as subjetividades, as ideologias, os valores e as culturas.

Embora conscientes de que a prática agroecológica não responde por si aos problemas

sociais e de gênero resultantes das relações que se estabelecem na unidade produtiva, consideramos que essa prática abre a perspectiva de promover transformações nas relações de produção. Daí que, se essas relações são estabelecidas por pessoas (homens e mulheres), é possível transformá-las. Nessa perspectiva, fomos buscar na teoria feminista as bases para compreendermos as diferentes vias de dominação e exploração das mulheres como novos elementos para desvendar essa intrincada rede de dominação, poder e afetos. Para nós, o feminismo é uma teoria e uma ação política que luta pela transformação de uma sociedade machista e desigual que oprime e violenta as mulheres, em uma sociedade com justiça, igualdade, liberdade, solidariedade e paz para todos/as.

Este artigo é uma forma de divulgar não apenas uma ação desenvolvida pelo Esplar, mas apresentar mudanças e aprendizados que essa experiência trouxe, especialmente, para as mulheres que dela fizeram parte, identificadas a partir daí como Multiplicadoras Agroecológicas. As protagonistas dessa narrativa são moradoras das regiões do Sertão Central, Sertões de Canindé e Região de Sobral do Ceará que, ao longo de décadas, vêm registrando oralmente o que querem, por que querem, o que conquistaram e o que desejam conquistar para ter o reconhecimento individual e coletivo de seus direitos como trabalhadoras rurais.

1 Trocando em miúdos

Considerando esse contexto e nosso desejo de transformar uma realidade de desigualdade e opressão vivenciada pelas trabalhadoras rurais do semiárido cearense, elaboramos uma proposta que pretendia, pela via da organização política e do fortalecimento do trabalho produtivo das mulheres, conhecendo e valorizando seu cotidiano, possibilitar um espaço de formação, produção de conhecimento e multiplicação de práticas agroecológicas. Para isso, construímos ações que pudessem fortalecer agricultoras com capacidade de influenciar grupos de mulheres tanto pelo viés das práticas agroecológicas quanto pelo viés da ação política. Pretendíamos que elas refletissem sobre suas vidas, seus trabalhos, suas relações e pudessem desenvolver um conhecimento e multiplicá-lo, possibilitando sua inserção no desenvolvimento a partir da valorização de seu trabalho produtivo e reprodutivo, potencializando suas práticas de cuidado com a terra, as águas, as plantas, os animais e as pessoas.

As mulheres cujas histórias serão contadas aqui estiveram relacionadas com o Projeto “Agricultoras construindo a autonomia no caminho da sustentabilidade”, ação desenvolvida pelo Esplar – Centro de Pesquisa e Assessoria, financiada pelo MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário, entre os anos de 2010 e 2011. Para sua realização contamos com o apoio dos STTRs dos municípios de Canindé, Choró, Quixadá, Quixeramobim, Banabuiú, Santana do Acaraú, Massapê, Forquilha e Sobral. O objetivo desse projeto era visibilizar, valorizar e potencializar a ação das Agentes Multiplicadoras agroecológicas dos municípios citados, a partir da ampliação do conhecimento em diferentes campos do desenvolvimento. Assumimos também a tarefa de possibilitar uma articulação de técnicas e agricultoras nos âmbitos regional e estadual.

Propusemo-nos, então, a capacitar, em diferentes temas relacionados à agroecologia, as Agricultoras Multiplicadoras, de modo que estas pudessem repassar conhecimentos a grupos de mulheres que vivem em comunidades e assentamentos rurais em oito municípios de duas regiões do Estado (Norte e Sertão Central); e fortalecer a organização e a articulação políticas dessas mulheres numa perspectiva feminista e agroecológica.

Para tanto, definimos como ação capacitar 15 Multiplicadoras Agroecológicas para realizar o trabalho de formação e acompanhamento a grupos de mulheres que vinham se organizando e desenvolvendo práticas baseadas na agroecologia. Nossa estratégia era, desde a dimensão sistêmica da agroecologia, contribuir para que as mulheres se sentissem empoderadas o suficiente para, a um só tempo, enfrentar situações de opressão e violência vivenciadas em seus cotidianos, assim como fortalecer práticas agroecológicas em suas atividades produtivas. Essa ação não seria possível, portanto, sem o apoio de entidades representativas de trabalhadores e trabalhadoras rurais – os STTRs e organizações de defesa das mulheres que atuam nas regiões, como a Marcha Mundial de Mulheres, o GT de Mulheres da ASA Ceará e o GT de Mulheres da ANA.

Na escolha das multiplicadoras, partimos da referência, dos contatos e das percepções que construímos a partir do trabalho já realizado pelo Esplar com grupos de mulheres na maioria desses municípios desde o ano de 1997. No processo de definição de quem seriam as Multiplicadoras Agroecológicas foram consideradas aquelas com potencial para realizar articulação e acompanhamento às mulheres tanto no que se refere ao trabalho produtivo quanto ao processo organizativo. Mulheres que já dispunham de relativo conhecimento sobre agroecologia e feminismo e eram referência em suas comunidades, tanto no que se refere às práticas agroecológicas como a atitudes cotidianas pela igualdade entre mulheres e homens.

Percebemos que, entre aquelas mulheres, algumas se destacavam por ter uma visão de mundo mais ampliada, para além de suas unidades produtivas, bem como na apropriação da agroecologia e do projeto feminista. Tinham, portanto, potencial vivencial, discursivo e metodológico tanto para repassar conhecimentos quanto para envolver mais mulheres na luta por outro projeto de desenvolvimento para o campo.

Vale salientar que as definições de quem seriam as mulheres a fazer parte desse processo de formação e ação, se deram em sua maioria a partir de conversas realizadas com os sindicatos locais e com grupos de mulheres organizados. Algumas dessas mulheres já compunham o quadro das diretorias das organizações, outras eram delegadas sindicais e outras lideranças dos grupos na comunidade. Isso era para nós, uma forma de contribuir com o processo de capacitação e fortalecimento das ações dos sindicatos, assim como das organizações feministas e de mulheres na região.

2 Desvendando o processo

As atividades desenvolvidas pelo Esplar foram distribuídas por metas, assim organizadas:

Meta 1- Capacitar 15 agricultoras Multiplicadoras Agroecológicas, realizando duas oficinas sobre agroecologia, economia solidária e feminismo e duas oficinas sobre políticas públicas e comercialização, cada uma delas com duração de 24 horas.

Meta 2- Fortalecer a organização e a articulação política das mulheres, realizando dois encontros regionais sobre agroecologia e feminismo (com duração de 20 horas) e um encontro estadual com o mesmo tema (com duração de 12 horas).

Meta 3- Acompanhar as atividades agrícolas e não agrícolas de 22 grupos de mulheres, correspondendo a 264 agricultoras, através da realização de 480 visitas a serem feitas pelas multiplicadoras.

Estas metas eram relacionais e complementares, assim como a relação que se estabelecia entre Esplar, multiplicadoras e grupos de mulheres e, ainda, entidades de representação das trabalhadoras rurais e dos movimentos de mulheres. Dessa forma, a teia que se construía possibilitava uma articulação tanto no plano do conhecimento quanto no plano da política entre o micro e o macro, de modo a posicionar um entendimento comum sobre a realidade do semiárido a partir das mulheres, considerando todos os elementos que

contribuem para a pobreza e a desigualdade em nosso Estado. Os encontros regionais e Estadual se constituíam na síntese dos aprendizados e a partir deles eram elaborados documentos de posição que tanto expressavam o pensamento das mulheres sobre o modelo de desenvolvimento em curso e seus impactos na vida das pessoas quanto alternativas a ele.

Esperava-se que no período de um ano, cumpridas as metas, as agentes multiplicadoras estivessem capacitadas nas temáticas de agroecologia e economia feminista e solidária, realizando sua difusão no campo; as agricultoras que participavam dos grupos de mulheres estivessem, tanto com um nível de compreensão maior sobre a importância da biodiversidade e da economia solidária para a sustentação de suas comunidades, quanto com autonomia para continuar o manejo agroecológico de suas unidades produtivas; as mulheres se sensibilizassem para a implantação de casas de sementes em suas comunidades; que fosse criada uma articulação, em nível estadual entre movimento feminista e de mulheres em torno da agroecologia, bem ainda que houvesse um fortalecimento dos grupos de trabalho de mulheres da ANA e da ASA. A realização de nossas expectativas sustentava-se também na articulação entre este e outros projetos e ações realizadas pelo Esplar, como os Consórcios Agroecológicos, a Certificação Participativa, o beneficiamento e processamento caseiro do Gergelim, a construção da Campanha Permanente Contra o Uso dos Agrotóxicos, que vinham estimulando uma visão ampliada de desenvolvimento sustentável.

As ações se deram através de encontros de formação sobre diferentes temas: agroecologia, soberania e segurança alimentar, economia feminista e solidária, políticas públicas para mulheres rurais, feminismo. Na preparação desses momentos tivemos a preocupação de não apenas realizar debates sobre os temas, mas trazer um bom material que desse subsídio para o trabalho que elas desenvolveriam depois com as agricultoras, em seus grupos e comunidades. Fazíamos leitura de textos e cartilhas que contribuía com os debates conceituais e teóricos, levávamos metodologias participativas e vídeos que assistíamos e debatíamos. Em todos os encontros, tínhamos um momento onde as Multiplicadoras Agroecológicas elaboravam as propostas metodológicas das atividades que realizariam com os grupos.

Após cada atividade de capacitação, as multiplicadoras iam ao encontro dos grupos para fazer o trabalho com as mulheres em suas comunidades através da realização de reuniões, oficinas, debates, a partir dos temas e das metodologias discutidas no momento da formação anterior. Para não sobrecarregar a vida das mulheres em seus grupos, propusemos entre quatro a oito dias de trabalho por mês para cada multiplicadora, as quais receberiam

uma remuneração correspondente ao número de dias trabalhados. O compromisso posterior das multiplicadoras era elaborar um relatório de cada um desses momentos, realizando o exercício da escrita, da elaboração, com o relato das experiências e das impressões de cada uma delas.

Conseguimos realizar a formação de 20 Multiplicadoras Agroecológicas, que acompanharam 22 grupos de mulheres (ver anexo), correspondendo a 264 agricultoras, que desenvolviam atividades produtivas agrícolas e não agrícolas, em seus quintais produtivos, em consórcios agroecológicos, em artesanato em palha de carnaúba, com algodão agroecológico e com materiais recicláveis (PET), apicultura, horticultura, caprinocultura, produção de doces e bolos.

3 O que construímos no caminho

Durante as visitas e acompanhamentos realizados pelas Multiplicadoras Agroecológicas, tanto em momentos coletivos com os grupos quanto em visitas individuais na casa e quintais de cada uma das mulheres, era possível identificar as dificuldades vividas por essas agricultoras em seus cotidianos. Ao fazer o levantamento dos problemas relatados pelas multiplicadoras, percebemos que eles se repetem nas diferentes localidades e regiões, o que demonstra ser alguns deles expressões de questões estruturantes que incidem sobre o espaço local.

No que se refere às desigualdades de gênero e ao impacto da divisão sexual do trabalho na vida das mulheres, os relatos referentes às diferentes formas de violência (física, psicológica, sexual, patrimonial) vivenciadas pelas mulheres são os mais recorrentes. Também foi muito citada a exploração, a invisibilidade e a desvalorização do trabalho das mulheres, em especial como agricultoras. Alguns casos foram destacados como denúncias: pagamento diferenciado entre homens e mulheres pelo mesmo serviço - valor pago para juntar castanha para o homem é de R\$15,00 e para a mulher é de R\$ 5,00, mesmo que ela colha uma quantidade maior. No trabalho de seleção do caju, os homens derrubam os cajus e as mulheres apanham do chão – a diferença no pagamento é pelo fato de eles acharem o trabalho feminino mais fácil. Para as jovens, esse processo dificulta o reconhecimento delas como agricultoras.

Foram relatados casos de mulheres sem documentação e sem acompanhamento técnico. Aquelas que recebem alguma assistência técnica consideram que, em geral, essa

assistência reproduz visões estereotipadas do que é “trabalho de mulher”, centrando as capacitações realizadas em atividades que são extensões do trabalho reprodutivo. Vimos também relatos de mulheres que estão endividadas em virtude de empréstimos feitos pelos maridos em nome delas, além de homens que têm se apropriado do cartão e do dinheiro do Bolsa Família.

As mulheres trouxeram ainda das comunidades, questões como a situação de fragilidade dos solos que está impactando na diminuição da produção e a falta de coleta pública de lixo e/ou de programa de reciclagem da gestão pública. No caso da coleta pública do lixo e da reciclagem, houve importantes desdobramentos, também resultado do acompanhamento realizado por uma equipe do Esplar que trabalhava com consórcios agroecológicos na região: as mulheres das comunidades de Pedrinhas/Sobral denunciaram a situação de descaso da Prefeitura e, em Poço Salgado/Santana do Acaraú, conseguiram a coleta - a comunidade coletava o lixo em carroças, selecionava, armazenava, colocava no prédio da associação e a Prefeitura mandava um carro pegar sistematicamente.

4 Temas e metodologias trabalhados

A partir dos relatórios feitos das atividades desenvolvidas pelas Multiplicadoras Agroecológicas com os grupos, pudemos ter uma dimensão do quanto elas contribuíram com a vida das mulheres. A lista de temas discutidos nos remete a quantos debates, reflexões e informações elas conseguiram possibilitar a partir desse processo de escuta-diálogo-ação. Os temas debatidos buscavam dar resposta às demandas das mulheres, especialmente aos problemas identificados em seus relatos.

Os assuntos relacionados às questões de gênero e de organização das mulheres foram: feminismo/movimento feminista; Marcha Mundial das Mulheres; Marcha das Margaridas; participação política das mulheres; 8 de março; sindicalização; violência sexista e Lei Maria da Penha; divisão sexual do trabalho; economia feminista e solidária; saúde sexual e reprodutiva; preconceito contra as mulheres separadas ou solteiras no meio rural. Refletiram ainda sobre os direitos das mulheres e as políticas públicas, sobre documentação das trabalhadoras rurais, previdência social, salário maternidade, aposentadoria, além das diferentes formas de acesso a financiamentos e crédito para mulheres.

Com relação aos temas ambientais e produtivos, as agricultoras debateram e trocaram experiências sobre agroecologia, quintais produtivos, consórcios agroecológicos, casas de sementes, agrofloresta, soberania e segurança alimentar, alimentação saudável, justiça

ambiental, cuidados com saúde, água, sementes e mudas. Discutiram sobre os perigos dos agrotóxicos, das queimadas, dos desmatamentos e dos transgênicos para os solos, águas, sementes e clima. Sobre a organização da produção e a comercialização, conversaram sobre as feiras feministas agroecológicas e/ou da agricultura familiar, sobre as possibilidades de acesso ao PAA – Programa de Aquisição de Alimentos e ao PNAE – Programa Nacional da Alimentação Escolar. Refletiram sobre a importância e os limites atuais da ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural; as dificuldades de acesso e retirada da DAP – Documento de Aptidão ao Pronaf; a necessidade da reforma agrária e da educação do campo para a juventude e o interessante trabalho das mulheres cisterneiras.

“Falei nos consórcios agroecológicos como bandeira de luta contra o agronegócio, mas também contra o machismo, pois com os quintais, as mulheres conseguem autonomia nas discussões que envolvem renda, produção (...). Falei da importância do voto feminista nessas eleições de 2010, para que tenhamos o cuidado na escolha de quem irá nos representar (...). Descobri que faço parte da economia solidária quando estou no mercado fazendo compras e quando estou em casa preparando alimentos (...)”. (trechos de falas das Multiplicadoras Agroecológicas)

Durante as formações, trabalhamos com textos, vídeos e metodologias sobre os temas relacionados à agroecologia, soberania alimentar, gênero e feminismo, economia feminista e solidária. Pelos relatos, pudemos ver que as Multiplicadoras Agroecológicas não apenas utilizaram o material apresentado por nós, mas buscaram outros documentos e vídeos, construíram outras propostas e dinâmicas para trabalhar com as mulheres.

Os vídeos utilizados por elas ao longo do trabalho foram: O arredor de casa/AS-PTA; Ação 2005 – MMM/SOF; Acorda Raimundo, Acorda!/CETA-IBASE; As mulheres e o mundo do trabalho/PACS; Tecendo Solidariedade/ Casa da Mulher do Nordeste; Vida Maria/VIACG Produção Digital. Além desses, vídeos sobre consórcios agroecológicos, casas de sementes, produção de lixo no Brasil e o baixo índice de reciclagem.

Os textos debatidos nos encontros e utilizados como subsídios para as oficinas com os grupos de mulheres foram: “Um olhar ecofeminista sobre as lutas por sustentabilidade no mundo rural”, de Emma Siliprandi; “Sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres?”, de Cristina Carrasco; Cartilha “Construindo cisternas, desconstruindo tabus: mulheres capacitando mulheres para o acesso à água”, do Centro feminista 8 de Março; “O que é ser mulher? O que é ser homem? Subsídios para a discussão das relações de gênero”, de Nalu Faria e Miriam Nobre; Cartilha “Mulheres em luta por uma vida sem violência”, da SOF; “Relações de gênero e agricultura familiar, de Miriam Nobre”; Cartilha “Soberania Alimentar uma resposta às mudanças climáticas”, da SOF; “Diálogos entre economia

solidária e economia feminista”, de Miriam Nobre. Foram usados ainda textos, *folders* e cartilhas sobre a Marcha das Margaridas, a organização produtiva e econômica das mulheres, queimadas, direitos previdenciários, transgênicos, políticas públicas para mulheres.

Com relação às dinâmicas utilizadas, foram citadas algumas conhecidas e outras criadas e/ou adaptadas por elas, como o autorretrato; batata quente/repolho; quebra cabeça; construção do boneco; relógio/cotidiano; pingue-pongue; dança da amizade; nó humano; tempestade de ideias; debates a partir de figuras; dança dos balões; troca de bombons.

5 Ações e desafios

Tivemos como resultado direto desse trabalho, diversas ações construídas a partir do trabalho das Multiplicadoras Agroecológicas com as mulheres dos grupos, com as comunidades e os movimentos de mulheres e/ou feministas da região. Nas visitas aos quintais produtivos, roçados, consórcios agroecológicos e áreas de manejo agroflorestral, foram levadas orientações sobre podas e plantios, sobre práticas para o reaproveitamento da água, possibilitando momentos de trocas de mudas e de sementes de fruteiras e hortaliças. Apoiaram a construção de canteiros, a implementação de quintais coletivos de plantas medicinais e de hortaliças e o plantio de roçados coletivos com culturas consorciadas. Algumas afirmaram que “(..) a maior batalha que as mulheres conseguiram foi os seus companheiros não usar mais veneno e diminuir as queimadas” (Poço da Pedra-Choró).

As Multiplicadoras Agroecológicas incentivaram ações de mutirões, campanhas, mobilizações, realização de feiras e elaboração de propostas políticas em parceria com as organizações da região, tais como: mobilização para a Feira Feminista e Solidária, realizada em Quixadá; campanha de combate à dengue, com visita casa a casa; mutirão para limpeza no poço do Jerimum, na comunidade de Santa Rita/Choró; pesca de piabas para serem colocadas nos tanques das casas como prevenção da larva do mosquito da dengue; campanha na comunidade, com visita de casa em casa, e distribuição de panfletos informativos sobre o tratamento do lixo, com a participação do grupo de jovens da comunidade; apresentação do projeto de Reciclagem de Lixo da Federação das Associações de Quixeramobim; construção do plano de comercialização para a implantação de barracas em rodovia próxima ao assentamento. As multiplicadoras elaboraram propostas de pauta para a Marcha das Margaridas/2011, realizaram distribuição e debates de textos sobre a Lei Maria da Penha; elaboraram propostas para trabalho com agrofloresta; acompanharam e contribuíram com o planejamento das apicultoras de Alvaçã/Santana de Acaraú, para 2011; visitaram escolas para

falar sobre a valorização da identidade das agricultoras jovens; organizaram a 1ª Feira do grupo de mulheres das Cajazeiras/Forquilha com a produção de um vídeo mostrando o momento da Feira.

É interessante destacar a importância dos encontros regionais e do encontro estadual sobre Agroecologia e Feminismo, momentos pioneiros no Estado, que tiveram uma grande contribuição no processo de ampliação de uma visão articulada dos temas, assim como para um fortalecimento da articulação entre as organizações do campo agroecológico em nível regional, estadual e nacional.

Os desafios fundamentais para as multiplicadoras estão relacionados à continuidade do trabalho com o apoio dos sindicatos, onde se possa levar os temas debatidos durante todo esse período também para as assembléias; à reativação das casas de sementes que estão sem funcionar; à inclusão de mais mulheres nas diretorias das associações e sindicatos; e à ampliação do debate sobre gênero e feminismo para todos os espaços onde estão as agricultoras.

6 “Mas é preciso ter força, é preciso ter raça sempre...”

A decisão por executar esse projeto foi balizada pelo que consideramos um diferencial em projetos de curto período: capacitar um grupo de mulheres para que sejam multiplicadoras de nossa missão. Partimos da concepção de que a assessoria não deve ser eternizada. Seu papel/tarefa acaba quando ela consegue democratizar o saber e perceber, ao mesmo tempo, que o grupo que está sendo acompanhado tem diferentes demandas. Às vezes, não explicitadas diretamente, mas vistas pela assessoria por ter uma relação de aproximação com os grupos para além da técnica. São aquelas demandas que vão exigir da assessoria tanto uma abertura para enfrentá-las quanto a sabedoria necessária para dar “um passo fora”, sem deixar “a área descoberta”. É aí que entra outro atributo necessário a quem se coloca no papel de assessoria: a capacidade de articulação, de discutir com o grupo alternativas que venham suprir aquela necessidade. Para o Esplar, as multiplicadoras são uma aposta de que os movimentos são os próprios protagonistas da construção de seus projetos de contra-hegemonia.

Por outro lado, essa experiência no acompanhamento e assistência a processos organizativos de mulheres produtoras tem mostrado que mudanças significativas em suas vidas acontecem não apenas no âmbito da produção, mas nas relações que estabelecem

consigo mesmas, na família e na sociedade.

Apesar das conquistas que se acumulam no sentido de superação das desigualdades de gênero e do empoderamento das mulheres na efetivação de políticas públicas pela via de seu reconhecimento como promotoras do desenvolvimento, ainda são evidentes as precárias condições em que vivem. São evidentes também as mais variadas formas de violência pelas quais elas passam cotidianamente. Esse pode ser considerado o fator que mais contribui para que as mulheres tenham dificuldade de superar as desigualdades de gênero no âmbito político e social seja no campo, seja na cidade.

A tensão culturalmente imposta pelo patriarcado ainda não permite às mulheres, mesmo aquelas que se consideram empoderadas, realizar novos acordos nas relações de gênero. Sua condição secundarizada no processo produtivo e no mundo do trabalho de um modo geral vem sendo reproduzida ao longo dos anos com consequências irreparáveis para a sua autonomia econômica, social e política. No caso do projeto realizado, some-se a isso limitações institucionais, climáticas e de gestão nas regiões abrangidas, que contribuem para mantê-las com baixa capacidade de articulação para incidência coletiva, para inserção no mercado, para incidência nos espaços de poder e nas instâncias onde se decide sobre políticas públicas.

A experiência trocada com as mulheres sinaliza que, disponibilizando para elas um suporte efetivo no campo da proteção jurídico institucional que lhes provenha a autonomia e a garantia do direito ao seu corpo; dando-lhes as condições para que desenvolvam capacidades de aprimorar seu potencial produtivo através do fortalecimento e incentivo às suas capacidades de organização e intervenção política, é possível que estas consigam se reconhecer e ser reconhecidas e respeitadas com protagonismo nos processos produtivos e de inserção no mercado. Mas é preciso que essas duas intervenções estejam calcadas numa estratégia política de reconhecimento das mulheres como sujeitos do desenvolvimento, com ações de governo interinstitucionais e integradas.

A tarefa é complexa e difícil, principalmente se considerarmos o tempo como um aliado duvidoso. Um ano de trabalho com grupos dispersos territorialmente, atravessado por momentos de descontinuidade por força do período eleitoral, não poderia ser suficiente para dar conta do essencial na vida das mulheres. Mas pode ser tempo suficiente para sensibilizá-las a tomar essas pautas como agenda política.

Ciente disso, o Esplar procurou assegurar processos de reflexão/informação com

proposições de práticas locais de redução da pobreza e inserção no mercado, de modo que as mulheres pudessem vivenciar melhores condições de vida e desenvolver capacidades de influenciar os municípios a partir da ação, para práticas de uma agricultura sustentável em base ao comércio justo.

Mesmo tendo como público direto mulheres marcadas pelo itinerário recorrente das secas que ensejam ainda mais as diferentes formas de opressão sobre seus direitos, seus trabalho e seu corpo, o Esplar viu ser possível pensar para aqueles municípios uma atuação balizada por relações de parceria que nos remetessem a: viabilizar ações de valorização do trabalho produtivo das mulheres; favorecer a informação na perspectiva do acesso a projetos governamentais; favorecer seus conhecimentos e habilidades necessárias à inserção nos mercados; facilitar e se colocar como aliado no debate sobre a violência; sensibilizar para a importância da ação política através da organização.

O que em especial nos chamou a atenção foi a capacidade das multiplicadoras de se apropriarem de conteúdos e de abordagens metodológicas, colocando-se, de fato, como militantes que acumularam aprendizados no debate da agroecologia. Isso fica bastante presente quando olhamos os relatórios das atividades feitas por elas. Neles conseguimos perceber: a capacidade de aprofundar os temas; de articular os temas entre si a cada oficina ou de articular temas que aparentemente não guardam relação entre si, como: segurança alimentar - desigualdade de gênero -trabalho; capacidade de improvisar tanto para tratar melhor o tema, quanto para facilitar a compreensão, ou, ainda, diante de imprevistos na execução da metodologia pensada para usar em determinado tema; sensibilidade e capacidade de introduzir novos temas diante do imponderável na realização das atividades; capacidade de articular a teoria com a prática a partir das experiências apresentadas pelas mulheres no campo da produção; capacidade de usar diferentes dinâmicas para criar envolvimento e atenção por parte do grupo.

Há que se valorizar ainda o fato de uma trabalhadora rural estar se colocando no papel de assessoria. O fato de se ver com condições de repassar conhecimentos, de conduzir uma reunião sem a presença de uma observadora “de fora”, ou seja, com liberdade para criar, improvisar, sem precisar de aprovação. O fato de ter a aprovação do grupo, no sentido de estar de fato, trazendo como contribuição a informação e a reflexão sobre as mais diferentes questões.

A quantidade e qualidade das ações realizadas pelas multiplicadoras através desse projeto e articuladas com outros atores da região nos surpreendeu e nos fez perceber a

importância de trabalhos que valorizem os conhecimentos das mulheres, que incentivem suas potencialidades e possibilitem ações militantes e transformadoras da realidade de opressão e desigualdade em que vivemos.

Percebemos ainda o impacto que as ações do projeto tiveram na vida pessoal, social e política das mulheres, proporcionando-lhes reconhecimento e visibilidade desde suas comunidades até o nível nacional. Algumas mudanças podem ser observadas na vida das multiplicadoras e das mulheres que participaram do projeto. Isso se expressa em algumas falas e em atitudes das multiplicadoras:

“Achei muito bom a experiência de sair do local para se encontrar com outros grupos de mulheres e movimentos. É importante para o nosso crescimento político e social (...) Achei boa a oportunidade de conhecer as políticas do governo federal para as mulheres (...) Importância de mostrar o trabalho produtivo que as mulheres realizam”. (trechos de falas das Multiplicadoras Agroecológicas)

Durante o anúncio do encerramento do projeto feito pelas multiplicadoras aos grupos, a representante de um dos grupos fez o seguinte comentário:

“Nós esperamos que continue este projeto porque foi através do trabalho das multiplicadoras que ficamos conhecendo o que se passa lá fora; e os temas que elas debatem com a gente, fez com que nós “tivesse” autonomia de fazer coisas que não fazíamos antes, como participar de reuniões, por exemplo.” (trecho de fala de uma das Multiplicadoras Agroecológicas)

A experiência de quatro décadas de assessoria a mulheres rurais nos confirma como a aceitação na comunidade no desempenho de outro papel é fundamental para a autoestima, a segurança, a autovalorização e o empoderamento das mulheres. É como se fosse o ponto de partida para voos mais altos, conquistar outros espaços de poder, desde uma perspectiva feminista, num universo eminentemente masculino.

As reflexões, os diálogos e as vivências no desenvolvimento das ações do projeto nos indicam que uma experiência nesses moldes pode muito bem ser difundida em âmbito estadual e ainda com perspectivas de melhores resultados.

Para viabilizá-la, é importante que se tenha uma articulação consolidada com as organizações de referência em cada região e mulheres com potencial tanto para o exercício da liderança quanto para apropriação de conhecimentos e capacidade de repassá-los.

É interessante que seja visto pelas mulheres/multiplicadoras como um trabalho que vai lhes demandar tempo técnico nos locais em contato com outras mulheres e tempo técnico para reflexão; portanto deverão receber uma remuneração pelo serviço. Que tenham, de fato, um acompanhamento direto da organização responsável nas ações que desenvolvem, com

momentos de reflexão e revisão de conteúdos e metodologias.

Podemos afirmar com os resultados constatados que, diferente do que diz o dito popular, santo de casa faz milagres sim!

7 Considerações Finais - Ninguém nasce sabendo... E continuamos aprendendo!

Fazer a articulação entre mulher e agroecologia, de modo que esta não seja apenas uma agregação de valor, continua sendo um desafio para organizações da sociedade civil. Um desafio para aquelas que sabem que não se pode tratar da questão do desenvolvimento sem considerar que as mulheres sejam sujeitos nesse debate (ainda há quem pense assim: “a gente discute aqui e depois vê como colocar a questão de gênero”). Para quem aceita o desafio, são vários os campos a ser problematizados.

No plano institucional - é preciso superar as dificuldades/resistências, quando se trata de aceitar discutir e/ou reconhecer a dimensão das desigualdades de gênero na agricultura familiar. Superar a transversalidade como “solução” para o “problema”, que seria incorporar a questão das desigualdades de gênero na instituição. Refletir sobre as diferentes vias de exploração das mulheres, tendo o feminismo como construção teórica, que abre espaços para problematizar sobre as raízes da dominação e exploração que resultem na construção criativa de novas ações políticas. Desde essa referência, rediscutir a identidade coletiva como caminho para um projeto coletivo, mantendo as singularidades.

No plano do trabalho prático no meio rural com grupos mistos – considerar a dominação como construção histórica e, portanto, contribuir para que sejam superadas as relações de poder na família. Rechaçar a concepção funcionalista sobre a divisão sexual do trabalho e a invisibilidade do trabalho da mulher, levando em conta que a divisão social do trabalho justapõe-se à divisão sexual do trabalho. Considerar a importância de incentivar/fortalecer grupos de mulheres como forma de trazer para a unidade produtiva o reconhecimento e a valorização da mulher como trabalhadora. Trazer a necessária visibilização do conflito para que se tenha elementos para superar as desigualdades na unidade familiar. Sem enfrentar esses dois campos com a profundidade que eles requerem, “a pedra vai continuar no caminho”.

Instituições que atuam no meio rural numa perspectiva agroecológica devem ter em conta que o uso de referenciais teóricos e abordagens metodológicas com potenciais

transformadores deverão considerar a unidade familiar como o lugar ainda não devidamente visibilizado da dominação masculina, da sutileza da opressão. Devem ter em conta também que a relação entre produção e consumo pode ser potencializadora de injustiças de gênero. De um lado está quem detém os meios de produção e o poder para decidir sobre o que produzir em um ambiente de dominação; de outro, quem tem acesso ao consumo.

Dar um novo significado à agroecologia e ao mesmo tempo contribuir para a superação da pobreza das mulheres significaria introduzir novos significados aos nossos pressupostos, agregando outros e atualizando aqueles referenciais teóricos que estejam demandando novas análises. E é por isso que o Esplar continua trabalhando para viabilizar processos locais de formação, que agreguem conhecimentos e práticas capazes de influenciar mulheres organizadas a buscar melhorias para suas vidas, seja no plano material, seja no plano das felicidades.

8 Referências Bibliográficas

CASA DA MULHER DO NORDESTE. **Mulher e trabalho**. Recife, 2013.

KERGOAT, Danièle. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo**. Disponível em: http://poligen.polignu.org/sites/poligen.polignu.org/files/adivisaosexualdotrabalho_0.pdf. Acesso em 29 de julho de 2014.

NOBRE, Míriam, SILIPRANDI, Emma et al. (Org.). **Gênero e agricultura familiar**. São Paulo: SOF, 1998. (Coleção cadernos Sempre Viva).

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAID, Magnólia de Azevedo. Ser mulher no Brasil: desenvolvimento e desigualdades de gênero. In: **Um campeão visto de perto: uma análise do modelo de desenvolvimento brasileiro**. Rio de Janeiro: Heinrich-Böll-Stiftung, 2012. p. 106-117.

SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. **Perspectivas Feministas para a igualdade e autonomia das mulheres**. São Paulo, 2012.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Revista Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995.

9 Anexos

9.1 Tabela 1 - Nome das mulheres multiplicadoras agroecológicas

| REGIÃO NORTE | SERTÃO CENTRAL |
|---|--|
| <p>SOBRAL Francisca Albertina Teixeira Nascimento Antônia Lucy Nascimento Aragão</p> <p>FORQUILHA Cleide Maria Pereira Expedita Maria Nascimento Pereira</p> <p>MASSAPÊ Antônia Idenilda Aguiar Maria Neuma Silvino Maria Aurilene Viana da Silva</p> <p>SANTANA DO ACARAÚ Maria Lucileide de Souza Rocha Liduína Rocha da Silva Maria Júlia Aguiar</p> | <p>CHORÓ Alzeni Correia Vieira Maria Eliane Lôbo Ramos Maria Deusilane Ferreira da Silva</p> <p>QUIXADÁ Lucilene Lopes Sousa de Paulo Cleane Xavier de Germano</p> <p>BANABUIÚ Francisca Josélia de Souza Paulino Aldenir Lopes Sousa Silva</p> <p>SERTÕES DE CANINDÉ</p> <p>CANINDÉ Antônia Antonieta Santana da Silva Maria das Graças Braz Cavalcante Maria Aucineide de Sousa Lima</p> |

9.2 Tabela 2 - Nome dos grupos de mulheres acompanhados

| REGIÃO NORTE | SERTÃO CENTRAL |
|--|---|
| <p>SOBRAL Acompanhamento realizado por Albertina (com apoio de Aparecida) Ipueirinha/jaibaras Boqueirão</p> | <p>BANABUIÚ Acompanhamento realizado por Josélia Valência 01 Boa Água Boa Água -Trapiá</p> |

| | |
|---|--|
| <p>Pedrinhas/Rafael arruda São Francisco/Jordão</p> <p>Acompanhamento realizado por Lucy Casinhas Picada Ruzy Campo Grande Oiticica</p> <p>SANTANA DO ACARAÚ Acompanhamento realizado por Liduina Águas Belas Floresta São Luís Alvaça</p> <p>Acompanhamento realizado por Lucileide Águas Belas Floresta São Luís Alvaça</p> <p>Acompanhamento realizado por Aurileide Salgadinho São Damião</p> <p>MASSAPÊ Acompanhamento feito por Neuma Pé de Serra</p> <p>Acompanhamento feito por Idenilda Meruoquina Morgado</p> | <p>Sítio dos Lopes</p> <p>CHORÓ Acompanhamento realizado por Alzenir Vicentão/Ouro branco Riacho do Meio Santa Rita São João da Conquista</p> <p>Acompanhamento realizado por Deusilane Ouro Branco-Sede Riacho do meio Croata Santa Rita</p> <p>Acompanhamento realizado por Eliane Poço da pedra Pião Fonte Nova Feijão</p> <p>QUIXERAMOBIM Acompanhamento realizado por Audeni Olho d'água Parelhas</p> <p>QUIXADÁ Acompanhamento realizado por Lucilene Ibiapaba Oliveira Palmares Floresta Sítio Veiga</p> |
|---|--|

| | |
|--|--|
| <p>Morro vermelho</p> <p>Acompanhamento feito por Maria Júlia</p> | <p>Acompanhamento realizado por Cleane Iracema</p> |
| <p>FORQUILHA</p> <p>Acompanhamento realizado por Expedita Humaitá</p> <p>Rocha</p> <p>Acompanhamento realizado por Cleide Rocha</p> <p>Cajazeiras</p> | <p>CANINDÉ</p> <p>Acompanhamento realizado por Antonieta Nova Conquista</p> <p>piranga</p> <p>Rancho primavera</p> <p>Oiticica II</p> <p>Jacurutu</p> <p>Acompanhamento realizado por Aucineide</p> <p>Juá Nova Olinda</p> <p>Jacurutu</p> <p>Juá Nova Olinda</p> <p>Baixa fria</p> <p>Acompanhamento realizado por Graça</p> <p>Tiracanga I</p> <p>Tiracanga II</p> <p>Barra canção</p> <p>Juá nova Olinda</p> <p>Jacurutu-Estreito</p> <p>Jacurutu-Gázea</p> <p>Baixa fria</p> <p>Jacurutu-Agrovila</p> |

9.3 Ficha Técnica

Texto: Magnólia Azevedo Said e Sarah Luiza de Souza Moreira

Dados do projeto

Título: Agricultoras construindo autonomia no caminho da sustentabilidade MDA (Federal)

Equipe executora: Adriana Paula de Oliveira Gondim e Sarah Luiza de Souza Moreira

Duração: 1 ano (2010/2011)

Recursos utilizados: R\$ 100.650,50

Objetivo: Prestar assistência e extensão rural às mulheres trabalhadoras rurais dos municípios, no estado do Ceará, através do fortalecimento de suas atividades produtivas e da organização destas em torno da agroecologia, com finalidade de contribuir para o protagonismo das mulheres e diminuição das desigualdades de gênero.

Atividades:

- 1) Capacitação de 20 agricultoras multiplicadoras agroecológicas;
- 2) Fortalecimento da organização e articulação política das mulheres numa perspectiva agroecológica e feminista;
- 3) Acompanhamento agroecológico a grupos de mulheres, com 288 agricultoras desenvolvendo atividades agrícolas e não agrícolas.

Executado nos municípios de Banabuiú, Choró, Canindé, Quixadá, Massapê, Forquilha, Santana do Acaraú e Sobral – Estado do Ceará.